

O Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica e a sua relação com os acervos indígenas como suporte à formação acadêmica e profissional

The Documentation Core and Research Laboratory History and its relationship with indigenous collections as a support for academic and professional training

*Arilson dos Santos Gomes*¹

*Regina Célia de Camargo Campos*²

¹ Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), lotado no Instituto de Humanidades no Ceará, cursos de Antropologia e Humanidades. Professor permanente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH/UNILAB). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH/UFC). E-mail: arilsondsg@yahoo.com.br

² Mestre em Políticas Públicas da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Signorelli, Arquivista formada pela Universidade de Brasília - UnB e Servidora da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro convidada da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Departamento de Trânsito do Estado do Rio Grande do Norte (DETRAN/RN). E-mail: reginaceliacamargo@gmail.com

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo demonstrar experiências para a formação acadêmica e profissional advindas das atividades de Licença Capacitação realizadas no Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica (Nudoc), órgão vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Além disso, ao longo do processo, os estudantes do Curso de Licenciatura em História da UFC foram integrados aos trabalhos como bolsistas voluntários e voluntárias. O artigo, por meio do uso de imagens, fontes localizadas no Fundo Associação Missão Tremembé (Amit) e bibliografia pertinente, problematiza as atividades de Licença Capacitação e de bolsistas voluntários, desenvolvidas durante os meses de fevereiro a maio de 2023, nas dependências do Nudoc, no acervo de assistência à saúde da Amit. A partir desses questionamentos, busca-se saber como essas atividades potencializaram o desenvolvimento acadêmico e profissional dos sujeitos envolvidos ao agregar o conhecimento dos arquivos à elaboração de fontes para o ensino da história e da cultura dos povos indígenas no Ceará.

PALAVRAS-CHAVE: licença capacitação; formação acadêmica; Nudoc; arquivos; Associação Missão Tremembé.

ABSTRACT:

The work aims to demonstrate experiences for academic and professional training arising from the activities of Training Professional carried out at the Documentation Center and Historical Research Laboratory (Nudoc), an agency linked to the Department of History of the Federal University of Ceará (UFC). In addition, throughout the process, students from the UFC History Degree Course were integrated into the work, as volunteer scholar ship holders. The article, with the use of images, sources located at Fundo Associação Missão Tremembé (Amit) and pertinent bibliography, problematizes: how the activities developed by the Training License and volunteer scholar ship holders, during the months of February to May 2023 on the premises of Nudoc in the Ami the healthcare collection, enhanced the academic and professional development of the subjects involved by adding know ledge from the archives to the elaboration of sources for teaching the history and culture of indigenous peoples in Ceará.

KEYWORDS: training license; academic education; NUDOC; files; Tremembé Mission Association.

Considerações iniciais

O trabalho tem como objetivo demonstrar experiências para a formação acadêmica e profissional advindas das atividades de Licença Capacitação realizadas no Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica (Nudoc), órgão vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC).³

A escolha de realizar as atividades no Nudoc advém das experiências profissionais desenvolvidas desde o início dos anos 2000, como Assistente Cultural, professor do Ensino Básico e da trajetória de docência e de pesquisas desenvolvidas no Ensino Superior, desde 2013 e, a partir de 2017, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) do Ceará, somada à atuação como membro do Nudoc criado na própria Unilab.⁴ Situações que permitiriam as trocas e os aprendizados interessantes

³ A Licença Capacitação, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Seu Art. 87 diz que “Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional”. O Nudoc da UFC foi criado pela Resolução Consuni nº 4, de 9 de março de 1983, é órgão vinculado ao Departamento de História, conforme Resolução Consuni nº 2, de 5 de abril de 1993. O núcleo comemora os seus 40 anos de fundação em 2023. Por ocasião desta efeméride, o Núcleo organizou o Seminário “NUDOC 40 anos: Direito à Memória, à História e ao Patrimônio Cultural”. As atividades, se deram por meio de um Ciclo Comemorativo dos 40 anos de fundação do NUDOC, no qual foram realizadas atividades de oficinas e palestras, de março a outubro de 2023, com o apoio do Memorial da UFC, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM – Cnpq), o Museu da Arte da UFC, a ADUFC – Sindicato e o PET de História da UFC.

⁴ Os primeiros contatos com o núcleo da UFC iniciaram com o Coordenador Prof. Dr. Leandro dos Santos Bulhões de Jesus, ainda no ano de 2022. Inclusive, sendo ele o responsável pela assinatura da Carta de Anuência para a realização da Licença Capacitação no espaço. Porém, o Prof. Leandro, ciente do final de sua Gestão, então consultou o futuro Coordenador do Nudoc/UFC, Prof. Dr. Antônio Gilberto Ramos Nogueira, sobre a manutenção da disponibilidade com início em fevereiro de 2023. A partir do contato com o Prof. Antônio Gilberto, ficou definida a atuação na organização do Fundo Documental da Associação Missão Tremembé (Amit).

junto ao Nudoc da UFCe, conseqüentemente, as futuras práticas arquivísticas para aprimoramento da nossa atuação também em sala de aula.⁵

As atividades, contribuíram para o aprimoramento docente em atividades científicas e culturais relacionadas a acervos. Além disso, ao longo do processo, foram integrados aos trabalhos os estudantes do Curso de Licenciatura em História da UFC, como bolsistas voluntários e voluntárias.

A Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 2, de 20 de dezembro de 2019, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Em seu Art. 4º, traz o seguinte texto: “As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional.” (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, 2019).

Para o acadêmico da área de história e os alunos da Educação Básica, o trabalho em arquivo é fundamental. De acordo com Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2009):

O trabalho realizado com arquivos destaca-se pela ideia norteadora de demonstrar que parte do passado é guardada em um lugar para virar história por meio das fontes [...]. No arquivo, os alunos são instigados a pensar sobre o passado, estabelecendo inferências sobre os objetos e fontes que poderiam indicar como viviam as pessoas, como as mudanças ao longo do tempo transformaram a forma como se escreve a história, o modo como vivem as pessoas, a tecnologia (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p.152).

⁵ O NUDOC da Unilab, espaço criado no final de 2018, atualizado com a Resolução específica datada de janeiro de 2022, que “tem como missão fomentar e fornecer serviços de apoio à investigação e promoção da memória e da cultura, por meio da guarda e conservação de fontes documentais e do suporte a boas práticas de pesquisa e de extensão no âmbito do IH/UNILAB”. (RESOLUÇÃO CONSUNI/UNILAB nº 8, de 16 de dezembro de 2021).

Por meio da observação participante e sob o prisma da teoria, da metodologia e da prática arquivística e suas relações com a história indígena, a partir da organização de parte do fundo documental da Amit, também se busca neste trabalho evidenciar a importância da participação dos discentes do Curso de História na sistematização dos trabalhos relacionados à presença indígena no Ceará.

O artigo, com a utilização de imagens, fontes localizadas no Fundo Amit e bibliografia pertinente problematiza: como as atividades de Licença Capacitação e de bolsistas voluntários, desenvolvidas durante os meses de fevereiro a maio de 2023, nas dependências do Nudoc do Curso de História, da UFC,⁶ potencializaram o desenvolvimento acadêmico e profissional dos sujeitos envolvidos.

Este artigo apresentará os documentos relacionados à assistência à saúde indígena, sem desconsiderar o conhecimento dos demais acervos doados pela Amit, dos quais destacam-se os documentos administrativos, os processos criminais, os materiais de publicidade e propaganda, o material de educação e pesquisa indígena, as fitas cassetes, as fitas de vídeo e cds. Como o observado, o Fundo Documental da Amit é amplo.

Diante disso, inicialmente apresentar-se-á a Amit e os acervos indígenas presentes no Nudoc da UFC; em um segundo momento, as bases arquivísticas, sua teoria e método; posteriormente, os desdobramentos da assistência à saúde indígena e a sistematização do Fundo Documental da Amit; em seguida, a presença dos estudantes de história nas atividades desenvolvidas e as considerações finais.

⁶ A organização administrativa do Nudoc/UFC conta com (04) quatro servidores públicos, o Coordenador, Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira, a Arquivista Regina Célia de Camargo Campos, a Bibliotecária Tereza Cristina Ferreira Mota e o Vestiarista Cláudio Leandro Amorim.

Associação Missão Tremembé e os acervos indígenas no Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Ceará

Conforme ata de fundação, a Amit, com a sigla original AMT, foi fundada em 9 de março de 1995, na cidade de Fortaleza, CE. Para os membros e as membras presentes na assembleia: “[...] seria muito importante a estruturação formal do trabalho desenvolvido há quase dez anos”. Maria Amélia Leite, missionária e liderança da entidade, disse:

[...] o valor histórico e cultural dos povos indígenas ainda sobrevivem no estado após séculos de massacre e que essa entidade devidamente legalizada vai fortalecer ainda mais a resistência desses povos no Ceará, articulando-se com órgãos públicos e entidades não governamentais *quando ainda se diz que no Ceará não tem indígenas*. (ATA DE FUNDAÇÃO DA AMIT, 9 de março de 1995, p.1). (Grifo nosso).

Essa menção, no discurso da missionária, tem estreita relação com o Decreto da Assembleia Provincial que, em 1863, deliberou “[...] já não existem aqui (Ceará) índios aldeados ou bravios”. O que, mais do que realidade, compreende-se como uma meta às suas extinções. Situações tensionadas a partir da emergência étnica desses povos a partir da década de 1990, como aponta Alex Ratts (1998).

Além dos povos Tremembés, os povos reconhecidos são; Kanindé, Karão-Jaguaribaras, Pitaguary, Tapeba, Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara, Tapuia-Kariri, Tubiba-Tapuia e Tupinambá.

Maria Amélia, indigenista e ecologista, também teve importante papel na luta pela preservação dos ecossistemas, especialmente junto ao povo Tremembé, nas áreas de matas e manguezais, onde esse povo realizava o sustento de suas famílias e tiravam os materiais para produção de sua arte, artesanatos e pinturas (LEITE et. al., 2020). A indigenista “[...] contribuiu para a

Educação Escolar Indígena Diferenciada, em que são os próprios indígenas os responsáveis pela formação escolar, tudo de acordo com os seus costumes e tradições.” (LEITE et. al., 2020, p.29).⁷

Quem são os povos Tremembé, aos quais a associação intitula o seu nome? Os Tremembé não são originários dessas terras. Originalmente, “[...] sua área de dispersão se estendia do litoral do Pará até o Rio Grande do Norte, ocupavam toda a região” e de lá um grupo caminhou para Itarema e Acaraú, onde hoje estão com terras demarcadas, assim como em Itapipoca (LEITE et al 2020, p.130).

No Estatuto da Amit, em seu artigo 2º, consta que os principais objetivos da entidade são:

a) ser presença missionária junto aos povos indígenas, respeitando as suas particularidades étnicas, b) assessorar os Povos Indígenas no campo político-jurídico-econômico-educacional, tendo presentes as suas culturas como povos diferenciados, c) *contribuir para a articulação e o fortalecimento das populações indígenas entre si e das relações com entidades populares nacionais e internacionais [...].* (ESTATUTO DA AMIT, 31 de outubro de 1995) (Grifo nosso).

De acordo com o seu Estatuto, a associação estava “a serviço de missionários que, com fundamento no evangelho, queiram se unir no apoio à causa das populações indígenas, numa perspectiva ecumênica [...]” (ESTATUTO DA AMIT, Art. 1º). Nesse sentido, as lideranças e participantes da Amit “tinham a compreensão de que a luta em defesa as terra e do território é precedida pela afirmação da identidade cultural” indígena (MELO et al 2020, p.29).

⁷ Maria Amélia, começou a atuar como professora voluntária do método Paulo Freire, na década de 1960, nas favelas de Fortaleza. Perseguida pela ditadura civil militar, foi forçada a se aposentar no ano de 1977. No início de 1986, “a partir de uma viagem a Almolfo, em Itarema, no estado do Ceará, que Maria Amélia trava conhecimento com os indígenas Tremembé, cuja causa passa a se confundir com sua própria vida” (MELO et al 2020, p.26).

Oficialmente, a AMIT, entidade indigenista, como Organização Não Governamental (ONG) sem fins lucrativos, foi criada em 1995. Porém, a sua atuação junto aos povos indígenas no Ceará ocorre desde 1989.

O acervo documental da Amit foi doado para o Nudoc/UFC pela missionária Maria Amélia no ano de 2019. Por ocasião da disponibilidade dessa documentação e da inauguração de novos espaços físicos, em especial a hemeroteca, o Nudoc realizou uma atividade de reinauguração.⁸

Na imagem (01) é possível observar a atuação da equipe que recebeu os documentos da Amit, em 2019, pouco antes do cancelamento das atividades presenciais. Entre a equipe, de gorro verde, encontra-se o Prof. Dr. Leandro, ex-coordenador do Nudoc, de avental branco, a Arquivista Regina Célia.



Imagem 01.

Fonte: Nudoc, 17 de outubro de 2019.

Portanto, embora os documentos do Fundo Amit estivessem acondicionados nas prateleiras e resguardados em caixas de arquivos, eles ainda não estavam com a catalogação técnica plenamente efetivada.

Além do acervo da Amit, o Nudoc dispõe dos documentos presentes no

⁸ Disponível em <https://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2019/13607-nudoc-e-reinaugurado-e-conta-agora-com-grande-acervo-de-registros-indigenas>. Acesso 07 set. 2023. Em virtude da disseminação da Pandemia da covid-19, embora os documentos tivessem passado por seleção e acondicionados em caixas de arquivo, o trabalho ficou suspenso até os avanços científicos que possibilitassem a produção e as campanhas vacinais e o consequente arrefecimento do coronavírus.

“Fundo Acervo Povos indígenas do Ceará da Pastoral Indigenista do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza”.⁹

As bases arquivísticas: teoria e método

Garantir originalidade, fidedignidade, autenticidade e permitir a confiabilidade de informações seguras têm sido um grande desafio, o que faz com que essa tarefa não seja fácil. É necessário criar mecanismos de segurança a começar pela transparência das ações internas das organizações.

Para criar um elo entre as informações produzidas e recebidas no presente e aquelas que estão presas ao passado, mas que podem fomentar a tomada de decisões e subsidiar trabalhos futuros, o arquivista tem o desafio de transformar informações inacessíveis em acessíveis, revelando, a partir da organização do acervo de uma instituição, toda a trajetória construída ao longo de sua atuação.

São os documentos que testemunham ações e tomadas de decisão de uma instituição que vão representar a sua identidade. Por isso, o gerenciamento eficaz das informações gera um fluxo contínuo entre os acervos e os usuários, de modo que o conhecimento não se torne estático e possa ser disseminado. Transformar a informação em conhecimento é bastante complexo. É preciso conhecer a instituição e os seus usuários, saber o que é relevante para ela e para o público externo.

Os avanços nos procedimentos metodológicos de tratamento das informações não acompanharam as mudanças tecnológicas com a mesma

⁹ Destaca-se que o Fundo já está bem organizado e pode ser acessado na página da internet do NUDOC. O trabalho de catalogação e digitalização do acervo foi realizado pelo Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER), coordenado pelo Professor Mário Martins Viana Júnior. Disponível em <https://nudoehistoria.ufc.br/pt/arquivos/fundo-acervo-cdpdh-povos-indigenas-do-ceara/>. Acesso 20 mai. 2023.

velocidade, o que gera um conjunto cada vez maior de informações acumuladas em diversos suportes (textual, bibliográfico, audiovisual, nato digital etc.) sem nenhum tratamento específico, cujo acesso e disseminação ficam impossibilitados.

Todas as informações produzidas e recebidas por uma instituição e que têm uma relação direta com suas funções e atividades são chamadas de “orgânicas”. Carvalho e Longo (2002, p. 115) as definem como “[...] um conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializada em documentos arquivísticos que, por sua vez, mantêm relações orgânicas entre si e foram produzidos no cumprimento das atividades e funções da organização”. Assim, se essas informações se acumularem sem tratamento específico e deixarem de ser consultadas, dificilmente serão lembradas.

Relembrar o passado, ou seja, trazer ao presente informações guardadas na memória revela a identidade de quem as produziu. Segundo Delmas (2010 p. 26-27), “[...] lembrar é uma necessidade prática da vida cotidiana de qualquer pessoa ou instituição, é o resultado da necessária continuidade da vida dos indivíduos como organismos, isto é, a continuidade de cada uma de suas ações.”

Nora (1993, p. 9) relata que “[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no próprio presente”. A função do arquivista, portanto, reside também em trazer a memória para o presente e não apenas salvaguardá-la, mantendo-a no anonimato.

O termo “arquivo”, no senso comum, remete-nos a um conjunto de documentos que foram guardados por diversos motivos, mas especialmente porque, para alguém, eles “ainda” continham informações úteis que poderiam ser necessárias a qualquer momento. Assim, cabe indagar: quais informações são essas? Por que foram guardadas? Quem as selecionou? Com base em que foram preservadas? São perguntas normalmente feitas aos arquivistas, e eles

precisam saber respondê-las!

O documento de arquivo serve ao produtor, àquele que o criou por uma finalidade específica que não é, necessariamente, a mesma pela qual foi preservado. Ele é o reflexo das funções e atividades exercidas pelo organismo para a consecução do objetivo para o qual foi criado e não pode ser analisado e interpretado se isolado desse contexto.

Para compreender o contexto da produção documental de uma instituição, é necessário conhecê-la estrutural e funcionalmente, compondo os vínculos dos documentos produzidos em unidades diferentes, mas que executam uma mesma função. Sendo assim, é necessário identificar os tipos documentais produzidos e os seus processos de trabalho, desde sua produção até o cumprimento da finalidade para a qual foram criados.

Para Camargo e Bellotto (1996), a Tipologia Documental pode ser entendida como o “[...] estudo dos tipos documentais”, cuja preocupação está centrada na produção de documentos que enfocam a atividade que os gerou. O arquivista deve considerar essa ação essencial para o desenvolvimento de seu trabalho, visto que é no reconhecimento dos tipos documentais que se inicia a elaboração dos instrumentos arquivísticos que, por sua vez, serão decisivos para a efetividade de seus serviços.

Nesse sentido, Lopez (1999, p. 78) afirma que

[...] os arquivos devem ser reveladores das atividades efetivamente desenvolvidas pelas instituições (ou pessoas) ao longo da sua existência, revalorizando, desse modo, os elementos informais (ao lado dos normativos) como único meio de inserir corretamente os documentos em seu contexto de produção, permitindo assim uma interpretação histórica nos moldes propostos pelo perspectivismo histórico. O estabelecimento de tipologias documentais é fundamental para que esse processo possa ocorrer, representando os primeiros passos em um vasto caminho.

A memória organizacional de uma instituição reflete todo o

conhecimento orgânico gerado durante seu funcionamento. Nela, as práticas adotadas, as informações trocadas para a execução das atividades, as decisões tomadas e a cultura intelectual estão refletidas de forma que, quando estudadas, permitem o conhecimento da função e a visão geral daquela instituição. O papel da memória não é apenas fazer lembrar. Para essa memória cumprir a sua função de dar novo sentido às informações contidas nos documentos, ela deve ser transformada em objeto que traduza a informação antiga em potencial para a construção de um novo conhecimento.

A Amit tinha como endereço oficial a casa da sua administradora, Maria Amélia Leite. Ali, era gerida a parte administrativa da associação; também era o local onde eram guardados os documentos produzidos e recebidos ao longo de toda a sua trajetória.

Em visita ao local para avaliar o acervo após as primeiras tratativas para o recolhimento do material — com vistas ao encaminhamento para o Nudoc — foram verificadas a forma de organização/acumulação dos documentos, a quantidade de material a ser recolhido, o estado de conservação do material e as espécies documentais do acervo (documento textual, CDs, DVDs, fitas cassete, jornais, revistas, livros, cartazes, objetos tridimensionais entre outros).

O acervo encontrava-se empilhado em estantes na sala de estar e em outros dois cômodos da residência. Como não havia mobiliário adequado, foi possível encontrar documentos em armários, no guarda-roupas e, até mesmo, dentro de gavetas. Dessa forma, uma identificação do conteúdo só seria possível após uma análise mais apurada, documento a documento, na ocasião do seu recolhimento.

O método adotado para a identificação do material a ser recolhido foi sendo construído no momento da análise dos documentos: para aqueles relacionados às atividades da Amit (administração, jurídico, pessoal, financeiro, material, patrimônio e publicidade e propaganda), escolhemos juntar em um

grande grupo que denominamos Documentos Administrativos da Amit. Os demais foram agrupados de acordo com o que era coletado, inicialmente sendo agrupados da seguinte forma: Ensino, Educação e Pesquisa; Saúde Indígena; Missões e Religiosidade e Reforma Agrária. Importante salientar que somente os documentos textuais puderam ser agrupados dessa forma; os demais gêneros foram reunidos por categoria: jornais, livros, audiovisuais, museológicos e cartográficos.

A formação destes grandes grupos nos permitiu ter uma noção da abrangência da atuação da Amit e do tamanho do desafio que seria a organização, identificação e disponibilização daquele acervo.

O trabalho foi realizado durante uma semana por Regina Célia, pela bibliotecária Cristina Mota e pelo coordenador do Nudoc (à época Leandro Bulhões), com o auxílio de um estudioso da área, João Paulo Vieira Neto e de Florêncio Braga de Sales, um dos fundadores da associação.¹⁰

Importante salientar que recolhemos documentos de uma associação que tinha os seus objetivos bem definidos (atividades finalísticas) mas que, para mantê-los, era necessário um suporte pessoal, material, financeiro, administrativo etc. (atividades-meio).

O acervo chegou ao Nudoc no momento da sua reinauguração, em setembro de 2019. Era preciso conhecer a associação — sua função, missão e competência — e isso só seria possível a partir da análise dos documentos da sua constituição. Dessa forma, optamos por iniciar os trabalhos de identificação do acervo pelos documentos administrativos, e uma primeira tentativa foi iniciada. Logo veio a pandemia da covid-19 e o acervo permaneceu fechado por dois anos.

¹⁰ Em abril de 2019, foi assinado o Termo de Doação Provisório da Amit, “[...] através da Secretária geral, Maria Amélia Leite, identificada como doadora ao Nudoc/UFC identificado como receptor [...] ao todo foram 30 caixas.”; posteriormente à identificação, seria “[...] elaborado o termo de doação definitivo” — o Termo de doação do acervo da Amit. (NUDOC, 2 de abril 2019).

Após a volta aos trabalhos presenciais, em 2022, o Nudoc tem remetido todos os seus esforços para permitir o acesso a esse acervo. A ausência do curso de Arquivologia na UFC é um fator preponderante para a escassez de profissionais de arquivo no Estado e, conseqüentemente, para o acúmulo de trabalho aos poucos profissionais existentes. O trabalho de descrição do acervo é lento e exige perícia e preparo na sua execução.

Com a chegada do Professor Arilson dos Santos Gomes ao Nudoc com o intuito de exercer a sua Licença Capacitação, sugeriu-se que ele trabalhasse com um novo assunto já que a identificação da documentação administrativa já estava em andamento. O tema selecionado por ele foi Saúde Indígena. A forma como o trabalho foi sistematizado e realizado será detalhado na próxima seção.

O instrumento utilizado para descrição de arquivos foi a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), uma adaptação à realidade brasileira das normas internacionais existentes. Criada em 2006, ela é elemento fundamental para a difusão dos documentos permanentes e o acesso a eles.

Atualmente, após os esforços para a separação e identificação da documentação da Saúde indígena, os documentos estão agrupados da seguinte forma: na seção *saúde indígena*, os documentos estão agrupados em quatro subseções: na subseção 1: *administração da saúde indígena*, foi agrupada a série de documentos administrativos, contratação de agentes de saúde, doenças, atendimento de pacientes e deslocamento de pacientes para as unidades de saúde. Na subseção 2: *política de saúde indígena*, foi agrupada a série “eventos em saúde”. Na subseção 3: *comunicação social*, foi acrescentada a série “reportagens, noticiários e apresentações sobre saúde indígena”. Na subseção 4: *pesquisa em saúde indígena*, foram reunidas as séries “pareceres técnicos e estudos indígenas”.

Cada uma das séries abarca dossiês contendo os documentos relacionados aos temas, à seção e às subseções, respectivamente. Também pode ser verificado as datas-limite e a localização.

Importante deixar aqui registrado que este é um trabalho incipiente feito a partir de documentos selecionados anteriormente — do particular para o geral — de forma provisória. Como relatado anteriormente, a separação dessa documentação foi feita de forma empírica somente para fins de organização, empacotamento e traslado. Provavelmente, de acordo com o andamento dos trabalhos no restante do acervo, será possível identificar novos documentos relacionados à Saúde Indígena que podem ou não modificar o arranjo ora em construção.

Assistência à saúde indígena: triagem e seleção dos documentos do Fundo Associação Missão Tremembé

O Fundo Amit se estruturou como uma organização de articulação com os órgãos públicos. Dentre suas ações, constatou-se que a “assistência à saúde indígena” se constituiu com destaque praticamente desde o início da associação, em um contexto em que a política de saúde diferenciada, em relação aos povos indígenas, foi regulamentada pela União.

Em 1986 e 1993, a I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio e a II Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, respectivamente, por indicação da VIII e IX Conferências Nacionais de Saúde, propuseram a estruturação de um modelo de atenção diferenciada no Brasil, baseado na estratégia de Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), como forma de garantir a esses povos o direito ao acesso universal e integral à saúde, respeitando suas especificidades. Apenas em 1999 o Governo Federal regulamentou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Brasil, 1999a), como parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), definiu as diretrizes básicas para a implantação dos DSEIs e designou a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) como gestora das questões relacionadas à saúde indígena. No final de 1999, foram implantados 34 DSEIs, abrangendo a maioria das terras indígenas do território nacional, com cerca de 351 mil índios (FUNASA, 2000)

(DIEHL *et al*, 2005, p.217).¹¹

Sobre a saúde indígena no Ceará, Eveline Barbosa Carvalho, do Departamento de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), explica:

Desde agosto de 1999, o Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), assumiu a responsabilidade de estruturar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o Sistema Único de Saúde-SUS. A inexistência, até então, de uma Política Setorial no SUS que atendesse a diversidade dos povos indígenas comprometia acesso adequado às ações de saúde, impossibilitando o exercício da cidadania e a garantia das diretrizes estabelecidas na Constituição, no que diz respeito ao atendimento diferenciado de saúde aos índios (CARVALHO, 2007, p.14).

A proposta formulada pelo Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde foi debatida com os atores envolvidos (Organizações e Lideranças Indígenas, Universidades, ONGs, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde etc.) (CARVALHO, 2007, p.14). Entre esses atores, no Ceará, estava a Amit.

Segundo Eliane Diehl e demais membros da equipe que pesquisou o financiamento e atenção à saúde no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) interior sul, existem três principais formas do financiamento suplementar da saúde indígena, que são:

(1) convênios celebrados por estados, municípios e/ou ONGs com a FUNASA para o financiamento da atenção básica; (2) transferências fundo a fundo da Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde (SPS/MS) aos fundos municipais e estaduais de saúde, autorizadas pela FUNASA, recursos conhecidos como Fator de Incentivo de Atenção

¹¹ Destaca-se que a FUNASA atualmente foi extinta pela Medida Provisória 1.156/2023 que transferiu as suas atividades, entre elas a responsabilidade sobre o saneamento básico, para outros órgãos de governo, como o próprio Ministério da Saúde e o Ministério das Cidades. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/02/publicada-mp-que-extingue-a-funasa>. Acesso 07 set.2023.

Básica aos Povos Indígenas e destinados ao pagamento de pessoal das Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena (EMSI) [...] e (3) transferências da SPS/MS aos hospitais de referência, denominadas Incentivo para Assistência Ambulatorial, Hospitalar e de Apoio Diagnóstico à População Indígena (Brasil, 1999b), também conhecido como Apoio de Média e Alta Complexidade (MAC) à População Indígena. (DIEHL *et al*, 2005, p.218).

Nessas condições, em 1999, a Amit, no Ceará, entra como uma associação que concretiza a primeira forma de financiamento suplementar ao firmar “[...] convênios celebrados por estados, municípios e/ou ONGs com a FUNASA para o financiamento da atenção básica” (DIEHL *et al* 2005).

Conforme correspondência da Amit ao Diretor do Departamento de Saúde Indígena (Desai) da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) do Ministério de Saúde, Sr. Alexandre Padilha, a partir de 1999 a entidade firmou convênio com a Desai. O convênio tinha como objetivos: “[...] garantir o atendimento às populações indígenas no Ceará já reconhecidas oficialmente pela Funai, nos seus deslocamentos para atendimento das necessidades de saúde referência do SUS, como também no favorecimento do controle social.” (CORRESPONDÊNCIA, 13/7/2004).

Em maio de 2003, os povos indígenas criaram “[...] uma ONG – Coordenação das Organizações e Povos Indígenas no Ceará (COPICE)”, que, naquele momento, assumiu as responsabilidades da assistência à saúde indígena no Estado, “[...] mantendo o convênio com a Desai/Funasa em continuidade ao trabalho realizado” pela Amit (CORRESPONDÊNCIA, 13/07/2004). Todavia, a quantidade de documentos produzidos pela atuação da Amit, constituíram um importante acervo.

Os documentos do Fundo Amit doados para o Nudoc/UFC continham uma variedade de documentos como o evidenciado nas imagens 02 e 03.



Imagem 02.

O acervo da AMIT. Fonte: dos autores, 28 de fevereiro de 2023.



Imagem 03.

Documentos físicos, de atividades administrativas, financeiras e relacionados à publicidade e propaganda, administrativos, educação e pesquisas, missionários e assistência à saúde do Fundo AMIT. Fonte: dos autores, 28 de fevereiro de 2023.

O trabalho no Fundo Documental da AMIT, sob orientação da arquivista Regina, efetivamente iniciou no dia 14 de março do ano de 2023. Todavia, o contato com o *Fundo Acervo CDPDH: Povos indígenas do Ceará da Pastoral Indigenista do CDPDH da Arquidiocese de Fortaleza* foi fundamental para acessar as fontes relacionadas à mobilização política indígena em torno das políticas públicas relacionadas à saúde, cuja temática, sob a minha organização, iria constituir-se como foco principal do trabalho.

Na próxima imagem (04), é possível visualizar as primeiras caixas que tratam dos documentos da “assistência à saúde indígena” do Fundo Documental da Amit, doadas ao Nudoc.



Imagem 04.

Caixas com os documentos de “assistência à saúde indígena”.

Fonte: dos autores. 08 de março de 2023.

Embora os documentos estivessem reunidos em caixas identificadas, como “Assistência à Saúde Indígena”, grosso modo, eles estavam sem um critério pormenorizado de separação por temas, tipos ou itens temáticos, assim como inexistia uma ordem cronológica ou datação referencial organizada. Isso dificultaria uma liberação à consulta pública para estudos e pesquisas.

Para uso e contato com a documentação, o Nudoc/UFC forneceu luvas cirúrgicas, máscaras e avental, assim como álcool gel e líquido, sacos plásticos, máscaras e espanadores para higienização de documentos, o que possibilitou um trabalho com a estrutura operacional adequada.

Os documentos foram reunidos por seção; os procedimentos consistiram em acondicioná-los em sacos plásticos ou em envelopes maiores dependendo do volume de cada seção. Ao final, os documentos foram colocados em sacos plásticos, que estavam etiquetados e identificados por “dossiê” em ordem cronológica.

No trato documental, iniciou-se um conhecimento acerca das ações de saúde realizadas pela Amit em convênios estabelecidos com a Funasa.

No Estado do Ceará, assim como em todos os outros estados do país, a atenção básica à saúde dos povos indígenas é de responsabilidade da FUNASA que é órgão do Governo Federal. Contudo, *as atenções secundárias e terciárias são exercidas pelo estado através da Secretaria de Saúde do Estado. A FUNASA-CE, mantém programa de atenção à saúde dos*

povos indígenas no Estado do Ceará que implantou distritos sanitários especiais indígenas (CARVALHO, 2007, p.15). (Grifo nosso).

Portanto, por intermédio da Amit, em articulação com a Funasa-CE e a Secretaria de Saúde do Estado, ocorreu a execução das ações no DSEI no Ceará.

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Trata-se de um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etnocultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado – que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde. Promove a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolve atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com o Controle Social. [...] *Não obedece aos limites dos estados. Sua estrutura de atendimento conta com unidades básicas de saúde indígenas, polos base e as Casas de Saúde Indígena (CASAI) (2021, sp).* (Grifo nosso).¹²

Na consulta dos documentos, constatou-se que os convênios de saúde foram firmados entre os anos de 1999 e 2004 (FUNDO AMIT, Arranjo, 2023). Porém, a associação, na prática, desde a década de 1980 atuava no Ceará (embora em sentido formal tenha sido criada posteriormente). Assim, o resultado de seu trabalho gerou um grande volume de documentos. Situação que explica, em certa medida, a quantidade de documentos relacionados à saúde reunidos em seu acervo, além dos convênios com a Funasa.

Os documentos, sobretudo os de volume menor, foram separados a partir dos seguintes “dossiês”: Cartas indígenas e boletins de ocorrência (2006); Caderno com anotações (1981-2006); Agravos de saúde das populações indígenas (1994-2001); DST/Aids (1997); Planejamentos e Ações de Saúde (1999-2002); Organizações indígenas e saúde (2000-2005); Constituição Federal,

¹² Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura/dsei>>. Acesso 9 jun. 2023.

Projetos de Lei e Portarias (1988-2005); Rede de Serviços Hospitalares (2000-2009); Receitas de medicina tradicional (sem data); Matérias jornalísticas e da internet (2000-2006); Boletins, informes e matérias sobre a saúde indígena, declarações diversas (2002-2004); Notificações e petições (2000-2004); Regimentos e conselhos de saúde indígena (1993-2001); Ofícios à Amit (1999-2016); Conferências de Saúde Indígena municipal, estadual e nacional (1999-2005); Pareceres técnicos e antropológicos (2000-2005); Relatórios de Saúde, Programas e Ações (1998-2005), entre outros, conforme será possível observar na organização do Fundo Amit elaborada.

Como eram documentos de variados tipos, os espaços utilizados ficaram sobrecarregados, sendo necessária a utilização de duas salas do Nudoc/UFC. Além da pia e das mesas do espaço de pesquisa e higienização, as mesas do Laboratório de Estudos do Nudoc foram utilizadas, como é possível observar na imagem a seguir.

Devido à quantidade de documentos, utilizaram-se as pias do Laboratório de Pesquisas como suporte.



Imagem 05.

Documentos separados por “itens”. Fonte dos autores. 09 de março de 2023.

Foram realizadas a triagem, a seleção e a separação dos documentos por dossiês temáticos. Além da separação individual por “dossiês”, iniciou-se o processo de distribuição, por ordem cronológica, dos documentos.

No mês de março, após triagem, separação, seleção e distribuição dos

documentos por ordem cronológica, chegou-se à conclusão de que os “dossiês” (documentos de menores volumes) já poderiam ser registrados para posterior arquivamento nas caixas.

Por conta do convênio com a Funasa, documentos como “Planos Distritais de Saúde”, “Reuniões com os povos indígenas para tratar de saúde”, “Conferências” e “Formações para agentes de saúde indígenas” eram itens constantes.

O DSEI do Ceará:

[...] dispunha de atenção integral em apenas 06 (seis) destes municípios, que são: Acaraú, Aquiraz, Caucaia, Itarema, Maracanaú e Pacatuba, neles os Pólos-Base se constituem na primeira referência para os Agentes Indígenas de Saúde que atuam nas aldeias. A maior parte da sede dos polos-base (totalizando 05) se localiza na terra indígena e somente o polo-base de Acaraú localiza-se na sede do município. Cada aldeia/comunidade conta com a atuação do Agente Indígena de Saúde - AIS com atividades vinculadas a um Posto de Saúde. Nesse fluxo de organização dos serviços de saúde, as comunidades também contam com outra instância de atendimento, que são os Polos-Base (RODRIGUES, 2013, p. 2).

Porém, os documentos de maior volume foram os que comprovavam o deslocamento dos pacientes indígenas das aldeias para os hospitais de atendimento de baixa, média e alta complexidade.

Nos problemas de saúde de mais alta complexidade as comunidades indígenas são atendidas em hospitais de referência de municípios próximos ou em Fortaleza e para tanto contam com sistema de remoção terrestre através de veículo disponibilizado pelo programa Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI. (CARVALHO, 2007, p.16).

Devido a esses deslocamentos, os documentos (dossiês) denominados “Formulário de Referência e Contrarreferência de Saúde” — registrado por Agente Indígena de Saúde (AIS) e com dados sobre “paciente, aldeia, polo de saúde, identificação do problema do paciente e deslocamento” — somavam

mais de 5 mil itens ao todo. Situação que necessitaria de um esforço coletivo concentrado para que fosse atingido o objetivo das atividades relacionadas à catalogação do material de “assistência à saúde indígena”. Ou seja, para que o acervo fosse disponibilizado ao público em condições adequadas para consulta.

No dia 21 de março de 2023, visando agilizar os trabalhos, o Nudoc abriu seleção para atuação de voluntários no Fundo da Amit equivalente a horas complementares.¹³Essa situação evidencia a complexidade do acervo da associação, principalmente em relação ao seu volume; em tal situação, como já abordado, seriam necessários mais sujeitos participando dos trabalhos para dar conta da demanda.

Em virtude das demandas dos outros acervos que compõem a documentação do espaço, todos/as os/as voluntários/as inscritos, total de 13 pessoas, foram selecionados/as para integrar a equipe do Nudoc/UFC. Além do Acervo da Amit e do *Fundo Acervo CDPDH: Povos indígenas do Ceará da Pastoral Indigenista*, o local dispõe do Laboratório de História Oral e do Arquivo Cláudio Pereira,¹⁴evidenciando a necessidade de bolsistas voluntários e/ou remunerados para a execução das atividades.

A presença dos estudantes nas atividades desenvolvidas

No final do mês de março de 2023, foram escolhidos os voluntários que participariam das atividades da Amit sob nossa orientação. Como informado, são inúmeras as demandas do Nudoc, para além das experiências de capacitação. Em virtude disso, de todos os 13 voluntários que fizeram a

¹³ Disponível em <https://nudochistoria.ufc.br/pt/noticias/selecao-para-voluntarios-as-do-nudoc-2023/>. Acesso 20 mai. 2023.

¹⁴ Cláudio Roberto de Abreu Pereira, falecido em 2010, era tido como um grande agitador cultural. A partir de 1985, na gestão da prefeita Maria Luíza Fontenele, a frente do Departamento de Turismo, iniciou a estruturação e implantação da Fundação Cultural de Fortaleza, órgão que dirigiu por mais de uma década. Disponível em <https://nudochistoria.ufc.br/pt/arquivos/arquivo-claudio-pereira/>. Acesso 29 mai. 2023.

inscrição, 10 se fizeram presentes nas entrevistas. Desses, todos foram selecionados para participar das atribuições estabelecidas como “atividades complementares”.¹⁵

Ao todo, seis voluntários ficaram sob a nossa orientação na “assistência à saúde” sendo os demais distribuídos da seguinte forma: dois para a atividade administrativa financeira da Amit e dois para o *Fundo Acervo CDPDH: Povos indígenas do Ceará da Pastoral Indigenista*.

No dia 4 de abril de 2023, teve início a maior demanda de nossas atividades, a organização dos Formulários de Referência e Contrarreferência da Saúde Indígena (FRCSI), totalizando mais de 5 mil documentos. Trabalho que necessitou do auxílio dos/as voluntários e voluntárias.



Imagem 06.

Voluntários e voluntárias responsáveis pela separação dos FRCSI.

Fonte: dos autores. 05 de abril de 2023.

Os FRCSI constituíam-se como comprovantes dos atendimentos de saúde

¹⁵ As atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com o Parecer do CNE/CES nº 492/2001. São exemplos de atividades complementares: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, tais como: [...] cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/perguntas-frequentes>. Acesso 14 ago. 2023.

dispensados às populações indígenas via convênio com o Ministério da Saúde e a Funasa por conta da criação dos DSEIs.

Nos FRCSI, continuam as informações sobre o Polo de Saúde responsável pelo atendimento do paciente, a sua aldeia, o nome do paciente, o agente de saúde indígena (ASI) responsável, a causa do problema de saúde, a unidade de saúde a que o paciente foi encaminhado (hospital de baixa, média e alta complexidade). Informações, inclusive, privadas que prescindem da ética e do cuidado de quem manuseia documentos com essas características. Orientações de que todos os envolvidos na atividade tinham consciência.

Pensando em como o acervo poderia ser disponibilizado para consulta pública, no primeiro momento, iniciou-se o trabalho com o seguinte procedimento de seleção: separar os documentos por destino dos deslocamentos. Contudo, a situação se mostrou inviável visto que os deslocamentos chegaram a cerca de 90 destinos.

Após algumas reflexões e consultas aos/as voluntários/as, chegou-se à conclusão de que a melhor maneira de os FRCSI serem organizados seria o agrupamento por polo base de saúde, aldeia e cronologia. Com essa definição, durante o mês de abril, seguiram-se a separação e a seleção dos FRCSI. Destacamos que esses documentos se constituíram os maiores volumes do Fundo Amit de “assistência à saúde”.



Imagem 07.

Voluntários trabalhando no NUDOC. Ao fundo é possível visualizar uma estante com objetos arqueológicos e artesanatos doados pela AMIT. Fonte: dos autores. 12 de abril de 2023.

Na separação dos FRCSI do Fundo da Amit, na próxima imagem, é possível observar que o trabalho coletivo, com a participação dos voluntários sob a nossa orientação direta, estava dando resultados; as prateleiras já continham, por indicação da arquivista responsável, as etiquetas relacionadas aos polos de saúde e às aldeias, o que facilitou a atividade futura relacionada ao acondicionamento do material no arranjo documental e, posteriormente, sua guarda nas caixas.¹⁶

A seguir, observam-se as prateleiras com os FRCSI organizados.



Imagem 08.

Fonte: dos autores. 19 de abril de 2023.

No mês de abril, já com algumas definições em relação à salvaguarda do material mais volumoso com que se estava trabalhando, foram realizadas as triagens e as seleções dos documentos de menores volumes anteriormente separados. Posteriormente, os documentos, devidamente separados e etiquetados, eram colocados nas novas caixas.

No final do mês de abril, a arquivista do Nudoc ministrou aos integrantes da equipe uma formação sobre a Nobrade.

A partir dos aprendizados realizados na formação ministrada por Regina Célia, iniciou-se o trabalho de descrição arquivística do Fundo Amit, com

¹⁶ Um arranjo é uma posição dos documentos em uma estrutura hierarquizada de organização de um acervo (NOBRADE, 2006, p.16).

delimitação na “assistência à saúde” como o descrito. Os documentos foram registrados no Fundo Amit, com seção e subseções, séries e dossiês.

Após a separação de dossiês, foram guardadas e arquivadas as caixas de arranjos vinculadas à “assistência à saúde”, conforme as normas estabelecidas pela Nobrade, com as impressões dos sujeitos envolvidos, especialmente as da Arquivista Regina e as minhas, profissionais envolvidos diretamente com a organização do material. Essa organização finalizou, no dia 30 de abril de 2023, com os materiais novamente acondicionados em caixas; porém, agora as caixas eram de papelão por orientação técnica. Isso porque as caixas antigas de plástico teriam um alto potencial de deteriorar a documentação, já que podem abafar o documento e possibilitar o suor dos papeis e a consequente umidade, de acordo com as explicações arquivísticas.

No início de maio, ocorreu a finalização da separação e seleção dos FRCSI e, assim, deu-se início à descrição do acervo, conforme as normas da Nobrade. Primeiramente, na seleção dos “dossiês” de menores volumes.

Após o término da documentação com menor volume, o trabalho se concentrou na guarda dos itens de maiores volumes, identificados como os FRCSI.

Na próxima imagem (09), é possível observar o resultado do trabalho com os documentos identificados como “assistência à saúde indígena da Amit”, organizados, arquivados e colocados nas prateleiras para consulta aberta ao público.



Imagem 09.
Fonte: dos autores: 18 de maio de 2023.

Destaca-se que os documentos financeiros da saúde que não foram incluídos na organização do arquivo, nesse momento, futuramente poderão fazer parte da composição.

Considerações finais

Durante os meses de fevereiro a maio de 2023 foram realizadas atividades de Licença Capacitação no Nudoc, órgão vinculado ao Departamento de História da UFC.

Durante esse período, foram desenvolvidas atividades relacionadas à salvaguarda de arquivos, acervos e coleções públicas e à sua valorização, sob o enfoque da produção e socialização do conhecimento, o que permitiu um aprimoramento fundamental para as lidas da docência no serviço público federal.

De maneira específica, atuou-se no Fundo documental acervo da Amit com a parceria de bolsistas voluntários comprometidos; assim, conseguiu-se obter como resultado a organização preliminar do catálogo “Seção Saúde Indígena”. Esse documento está organizado nas subseções: “Administração Indígena de Saúde”, “Assistência à Saúde”, “Políticas de Saúde Indígena”, “Comunicação Social” e “Pesquisa em Saúde Indígena”, com base na Nobrade, com suas séries e itens documentais prontos para o acesso do público interessado.

Para os discentes que participaram da atividade, além da possibilidade de interpretar as fontes históricas relacionadas à história indígena no Ceará, o acervo permitirá em suas formações um ensino mais condizente com o que apregoa a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-

Brasileira e Indígena”, permitindo que as(os) licenciandas(os), no futuro, aprimorem os repertórios de suas futuras práticas de aula no ensino básico.

Inclusive, a partir da atuação da Copice, que desde 2003 agrega os povos indígenas do Ceará (atualmente, conta com as representações dos povos Tremembés, Kanindé, Karão-Jaguaribaras, Pitaguary, Tapeba, Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara, Tapuia-Kariri, Tubiba-Tapuia e Tupinambá), têm-se possibilidades de conhecer as dinâmicas, as culturas e os protagonismos dos grupos indígenas cearenses.

O trabalho no Fundo da Amit existente no Nudoc/ UFC ainda seguirá, já que muitos documentos ainda necessitam ser organizados. Porém, as atividades realizadas entre os meses de fevereiro e maio de 2023, somadas às atividades da efeméride dos 40 anos de fundação daquele espaço, constituíram-se como momentos de trocas e de aprendizados que efetivamente possibilitam por meio das experiências acadêmicas e profissionais dos sujeitos envolvidos — à luz da prática arquivística e do trato interdisciplinar e intercultural — a capacitação profissional e a formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MISSÃO TREMEMBÉ, Fortaleza – CE, 1995.

BRASIL. **Lei 11.645, de 11 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. **Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**, aprovado em 3 de abril de 2001, Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: AAB-SP/Secretaria de Estado de Cultura, 1996.

CARVALHO, Eveline Barbosa. **Marco Referencial dos Povos Indígenas do Ceará**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE, 2007. Disponível em <https://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Marco-Referencial-dos-Povos-Ind%C3%ADgenas-do-estado-do-cear%C3%A1.-IPECE.pdf>. Acesso 17 mai. 2023.

CARVALHO, Elizabeth Leão de; LONGO, Rose Mary Juliano. **Informação orgânica: recurso estratégico para a tomada de decisão**. Informação & Informação, Londrina, v. 7, n. 2, p. 113-133, jul./dez. 2002.

CORRESPONDÊNCIA ASSOCIAÇÃO MISSÃO TREMEMBÉ A DESAI/FUNASA, na pessoa do Diretor Alexandre Padilha. Fortaleza: 13/07/2004.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DIEHL, Maria de Lourdes et al. **Financiamento e atenção à saúde no distrito sanitário especial indígena interior sul**. p. 217-234. In. COIMBRA JR., CEA., SANTOS, RV and ESCOBAR, AL., orgs. Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. file:///C:/Users/Positivo/Downloads/coimbra-9788575412619-12.pdf. Acesso 31 mai. 2023.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO MISSÃO TREMEMBÉ, Fortaleza – CE, 1995.

LEITE, Maria Amélia. **Os Tremembé no Ceará: tradição e resistência**. Fortaleza: SECULT- CE, 2020.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1999.

MELO, João Alfredo Telles; LIMA, Rosana Marques; PAIVA, Olga Gomes de; MELO, Francisca Janete Lira; NETO, João Paulo Vieira. **“Tudo que eu sei, aprendi com os índios”** – Maria Amélia Leite In. LEITE, Maria Amélia. Os Tremembé no Ceará: tradição e resistência. Fortaleza: SECULT- CE, 2020.

NOBRADE: **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

RATTS, Alex. **Os Povos Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará**. Cadernos CERU, [S. l.], v. 9, p. 109-127, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/74991>. Acesso 12 ago. 2023.

RESOLUÇÃO CONSUNI/ UFC nº 04/CONSUNI, de 09 de março de 1983.

RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR CONSUNI/UNILAB nº 8, de 16 de dezembro de 2021.

RODRIGUES, Henrique Rosa. **Dsei-Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará**. Projeto de Apoio, Terceiro Movimento Mapa Provisório, Cartografia, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: SCIPIONE, 2009.

TERMO DE DOAÇÃO PROVISÓRIO da Amit, Fortaleza, Ceará, 02 de abril de 2019.